

Apresentação do Dossiê Estado, Mercado, Regulação

Um dos aspectos mais notáveis do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas três décadas manifesta-se no crescente interesse de sociólogos, cientistas políticos e antropólogos pelo estudo de fenômenos tradicionalmente enquadrados e analisados no campo profissional dos economistas. Assim, temas como a estrutura e o funcionamento dos mercados, as redes e mecanismos do sistema financeiro, a natureza da inflação, as vicissitudes das políticas econômicas, o papel das agências de regulação dos diferentes setores da economia, dentre outros, passam a ser observados sob novas óticas, o que contribui para a superação de explicações unilaterais, que tendem a prevalecer sempre que determinados objetos de estudo são monopolizados por uma única prática disciplinar. Nestes tempos em que se fortalece a legitimidade de práticas interdisciplinares de pesquisa, aqueles economistas mais interessados na compreensão e análise dos fenômenos econômicos do que simplesmente na justificação de determinadas políticas econômicas talvez sejam os primeiros a saudar as iniciativas de seus colegas de outros campos das ciências sociais.

Em particular, cada vez mais sociólogos estão empenhados em analisar os fatos econômicos, de maneira a fornecer explicações alternativas às teorias econômicas, essencialmente à teoria 'standard' neoclássica. Esta Nova Sociologia Econômica se caracteriza, em primeiro lugar, por um importante resgate de autores clássicos como Marx, Durkheim, Weber, Simmel, Veblen, ou Pareto, e consistiu não somente em propor uma nova análise dos fenômenos econômicos, mas, mais fundamentalmente em: i) tentar definir o que é um 'fato' ou um 'ato' econômico; ii) elaborar uma

metodologia e conceitos apropriados para analisar tais fatos ou atos econômicos; e iii) (re)pensar o lugar da sociologia econômica e da economia no seio das ciências sociais.

Os autores contemporâneos vêm também dando continuidade ou inovando com relação aos esforços dos autores clássicos. Em particular, de acordo com Richard Swedberg, a nova sociologia econômica teria o mérito de analisar sociologicamente o núcleo mesmo da ciência econômica, ou seja os mercados. Em termos teóricos e metodológicos, as análises atuais dos fenômenos econômicos sob a ótica sociológica participaram da divulgação de conceitos fundamentais como os de rede, de campo, de enraizamento (*embeddedness*), de construção social, e de mentalidade econômica. Frequentemente, em particular quando se analisa o papel regulatório do Estado ou as relações de poder inerentes aos mercados, descobre-se afinidades entre a Nova Sociologia Econômica e a Sociologia Política.

Ultimamente, a sociologia econômica no Brasil vem acompanhando o renascimento vivenciado por esta temática, como testemunha o esforço da produção bibliográfica nacional e de tradução de obras fundamentais. Este número de Política & Sociedade, organizado em torno do dossiê temático “Estado, mercado, regulação” pretende contribuir para difundir o saber já existente, assim como incentivar o desenvolvimento de novas pesquisas, ao reunir alguns trabalhos de pesquisadores brasileiros que estudem fenômenos econômicos sob um prisma sociológico, em particular utilizando o ferramental teórico-metodológico da chamada Nova Sociologia Econômica e da Sociologia Política.

Escolhemos abrir nosso dossiê com textos de cunho essencialmente teórico. Em primeiro lugar, um artigo de Pierre Bourdieu onde o sociólogo francês aplica seu quadro analítico, articulado ao redor dos conceitos chave de campo e habitus, à esfera econômica, mostrando que o mercado é o produto de uma construção social. Além de destacar a gênese social das disposições econômicas e de caracterizar o mercado como um campo de lutas onde se enfrentam atores dotados de recursos diferentes, Bourdieu insiste sobre o papel do Estado na regulação deste mercado, em particular na construção tanto da oferta quanto da demanda. O

segundo artigo, da autoria de Cécile Raud-Mattedi, empenha-se em analisar criticamente a abordagem estrutural de Mark Granovetter, um dos autores mais famosos e representativos da Nova Sociologia Econômica, avaliando os alcances e os limites de uma leitura do mercado em termos de rede e imbricação. Chega à conclusão de que, apesar de constituir uma análise genuinamente sociológica dos fenômenos econômicos, a abordagem de Granovetter apresenta uma série de limitações.

O segundo bloco reúne textos que trazem novas respostas e questionamentos a temas antigos como o empresariado, a inflação, o mercado de ações ou a prostituição, graças a uma reflexão que se situa na interseção entre a sociologia econômica e a Sociologia Política. Situando a discussão do mercado em dimensão macro, o artigo de Antonio Dimas Cardoso e Yves Chalout examina a atuação dos grupos empresariais do Cone Sul no contexto de constituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), indicando a forma contraditória como esses grupos assimilam a perspectiva da formação do bloco. Os autores destacam a formação de novos arranjos produtivos especialmente as experiências embrionárias de formação de *clusters* no Brasil e na Argentina e os esforços institucionais na direção de uma nova agenda desenvolvimentista. As conclusões apontam para as dificuldades de articulação dos interesses corporativos e propostas de alternativas políticas originadas nos movimentos sociais contrários à ALCA.

O artigo de José Marcos Novelli é dedicado à discussão das teorias de natureza sociológica para a explicação do fenômeno da inflação. Partindo de um enfoque próprio da sociologia política, o autor destaca a importância do conflito distributivo para a compreensão do fenômeno inflacionário, realçando também o papel das coalizões entre atores sociais e políticos, quer para a persistência da inflação (coalizão inflacionária), quer para, alternativamente, o êxito de políticas de estabilização da economia (coalizão estabilizadora). Os conceitos sociológicos para o enquadramento do fenômeno inflacionário são ainda mobilizados por Novelli para a análise das políticas de estabilização no Brasil nas últimas duas décadas, com destaque principal para o processo de elaboração e implementação do Plano Real.

A pesquisa etnográfica realizada na bolsa de valores por Lúcia Alves Müller segue a trilha aberta por Bourdieu, uma vez que levou à constatação de que a concorrência entre os participantes do mercado acionário, cujo alvo principal consiste nas informações, é eminentemente desigual, na medida em que o que conta realmente não é o conteúdo que está sendo transmitido, mas a posição em que os participantes do mercado se encontram em relação às instituições e às redes por onde as informações circulam. Por sua vez, o estudo do mercado de serviços sexuais no Nordeste realizado por Edmilson Lopes Júnior, apesar de aludir à questão do papel regulatório do Estado, segue um quadro analítico mais cognitivo do que político, já que a abordagem empreendida tem como fio condutor uma indagação sobre as inter-relações entre mercado, moralidade e repertório cultural.

Em torno de um tema que ganha centralidade no debate econômico e político atual, o terceiro bloco reúne dois artigos que analisam o papel dos bancos centrais, tomando como referência o Banco Central do Brasil. Afirmando a questão da definição dos poderes dessa instituição como uma dos maiores desafios para a democracia contemporânea e para a defesa dos interesses populares, Carlos Eduardo Carvalho examina, especialmente, o relacionamento entre o Banco Central e os bancos privados indicando como ele é sistematicamente ocultado no debate acadêmico e jurídico contemporâneo sobre o papel dessa instituição. O autor embasa seus argumentos a partir da experiência brasileira, em especial a atuação do Banco Central do Brasil no contexto da quebra do Banco Econômico em 1995. Suas conclusões remetem aos desafios atuais colocados para a transparência, a regulação e o controle democrático da sociedade sobre o sistema financeiro e o Banco Central.

O trabalho de Lecio Morais analisa como se deu o processo de mudanças da política monetária no Brasil em direção ao paradigma neoliberal, enfatizando a evolução institucional do Banco Central do Brasil, como uma organização integrante de um campo organizacional informal internacionalizado de *central banking*, formado pelas autoridades monetárias nacionais, e tendo por centro os principais bancos centrais do mundo, os organismos multilaterais e os mais importantes centros universitários pro-

dutores de teoria econômica. O autor examina a transformação ocorrida na profissionalização dos dirigentes e especialistas do Banco Central e argumenta que ela revela o processo de difusão do novo paradigma de teoria econômica e de política econômica.

No quarto bloco foram agrupados trabalhos em torno da temática “função regulatória do Estado”. Tratam-se de dois trabalhos com perfis organicamente complementares na medida em que os resultados das pesquisas de um propiciam a ampliação das reflexões do outro. O trabalho de Maria Letícia resgata a história da regulamentação do setor de energia elétrica brasileiro a partir do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) entre 1939 e 1954, que tinha como objetivo cumprir o Código de Águas de 1934. A instalação deste Conselho significou a afirmação da autoridade pública federal sobre recursos considerados estratégicos, definindo a demarcação de competências, direitos e responsabilidades sobre os mesmos, principalmente do Estado, que naquele momento afirma funções de regulamentação e normatização. Este trabalho resgata, portanto, a dimensão histórica do papel regulatório do Estado no Brasil. Já o trabalho de Flávio Ramos concentra-se no processo recente de constituição das agências regulatórias (a partir de 1995), destacando a veemência da falta de identidade institucional e definição de campos de atuação das agências regulatórias, seja a nível interno, seja no seu relacionamento com atores políticos, econômicos e sociais, com os quais as agências interagem. Ao analisar o caso da Anatel, destaca questões que perpassam a constituição das agências regulatórias, as fragilidades de concepções político-administrativas como responsabilidade pública, além das contradições estruturais entre as posições de governo e de mercado. Na síntese, estes dois trabalhos nos permitem resgatar as condições históricas e contemporâneas sobre os limites e as debilidades institucionais do Estado brasileiro em afirmar modernas funções políticas.

*Ary César Minella,
Cécile Raud-Mattedi,
Erni José Seibel
Ricardo V. Silva*